

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**Tolerância social em Portugal:
Como a ideologia influencia a tolerância face a imigrantes**

Rúben Miguel Carvalho Nascimento

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:
Mestre em Ciência Política

Orientador:

Doutor José Santana Pereira, Professor Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Doutor José Manuel Leite Viegas, Professor Catedrático

Outubro, 2018

Agradecimentos

Gostaria nesta secção, pequena em tamanho, mas grande em significado, fazer os devidos agradecimentos para todos aqueles que de uma forma ou de outra me ajudaram na realização desta dissertação de mestrado.

Em primeiro lugar, a nível institucional, gostaria de agradecer a todos os colegas e professores que me acompanharam nesta aventura desde o primeiro dia de aulas da licenciatura. Graças a eles, ao que me ensinaram, ao que debatemos durante horas e horas a fio, pude aprender e ter uma base intelectual que me permite terminar este ciclo.

Quero agradecer ao Pedro Candeias pela ajuda que me deu numa fase ainda muito embrionária do meu trabalho, ao Viriato Queiroga por toda a ajuda que me deu sem nunca ter exigido nada. Agradeço ao meu coorientador José Manuel Leite Viegas por ter aceite o meu convite, e finalmente, com especial destaque ao meu orientador José Santana Pereira por tudo aquilo em que me ajudou e pela disponibilidade que demonstrou desde há um ano.

Num nível não oficial, quero agradecer aos meus grandes amigos de há anos e anos, que sempre me apoiaram em todas as decisões e que partilharam esta experiência comigo.

Quero agradecer à minha família por todo o apoio e condições que me deu para a minha educação. Em último lugar, e mais importante, quero agradecer aos meus tios Joaquim e Fernanda, que foram nestes dois anos uns segundos pais para mim e à minha prima Catarina que foi a irmã que nunca tive. Sem o apoio deles esta aventura em Lisboa jamais seria possível.

Muito obrigado a todos.

RESUMO

Com o objetivo de entender a tolerância social em Portugal, face a imigrantes, a presente dissertação debruça-se sobre o papel explicativo da ideologia. Para tal, a nível metodológico, procede-se a uma regressão linear, entre o posicionamento ideológico, sobre diversas perspetivas, e a tolerância face à imigração em 2008 e 2012. O objetivo maior foi perceber como a ideologia dos indivíduos pode influenciar a tolerância face a este fenómeno. O objetivo segundo foi verificar se a crise económica e social altera os níveis de tolerância face aos imigrantes, e ainda, o poder explicativo da ideologia destas atitudes. Os resultados apresentados mostraram que a ideologia de um modo geral mostrou ser apenas parcialmente significativa perante a tolerância social.

Palavras-chave: tolerância social, Portugal, imigrantes, ideologia, regressão

ABSTRACT

With the aim of understanding social tolerance in Portugal, in the face of immigrants, this dissertation focuses on the explanatory role of ideology. To that end, at a methodological level, there is a linear regression between the ideological positioning on different perspectives and the tolerance towards immigration in 2008 and 2012. The main objective was to understand how the ideology of individuals can influence tolerance towards this phenomenon. The second objective was to verify if the economic and social crisis changes the levels of tolerance towards immigrants, and also, the explanatory power of the ideology of these attitudes. The results presented showed that the ideology in general has shown to be only partially significant in the face of social tolerance.

Key-words: social tolerance, Portugal, immigrants, ideology, regression

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - Tolerância: definição, relevância e fatores explicativos	3
1.1. Definição	3
1.2. Tolerância enraizada na natureza humana?	5
1.3. Limites da tolerância	6
1.4. Tolerância em perspectiva longitudinal	7
1.5. Fatores explicativos da tolerância	9
1.6. Estudos sobre tolerância social em imigrantes	15
1.7. Estudos sobre tolerância social em Portugal	17
CAPÍTULO II - Objetivos, hipóteses e metodologia	19
2.1. Objetivos e hipóteses	19
2.2. Abordagem metodológica	22
CAPÍTULO III - Resultados	27
3.1. Análise dos resultados	27
3.2. Discussão	30
CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

INDÍCE DE QUADROS

Quadro 2.1 – Variáveis e operacionalização 2008 e 2012	24
Quadro 3.1. – Tolerância social face a imigrantes em 2008	27
Quadro 3.1.2. – Tolerância social face a imigrantes em 2012	28
Quadro 3.1.3 - Médias dos indicadores que compõem índice de tolerância	30
Quadro 3.1.4. - Resultado do teste de hipóteses	31

INTRODUÇÃO

O mundo, comparativamente ao início do século, está hoje diferente no que diz respeito à tolerância. Acontecimentos como a crise económica desencadeada em 2008, as crises das democracias, os problemas de desconfiança face às instituições como a União Europeia e a crise dos refugiados, entre outros, criaram um clima propício à intolerância e ao surgimento de regimes autoritários (Hudson, 2017). Nos últimos anos foram vários os países que encerraram ou controlaram de maneira mais rígida as suas fronteiras por forma a impedir o fluxo migratório derivado da vaga de refugiados¹. Como tal, hoje faz todo o sentido falar-se sobre tolerância e sobre a pertinência deste mesmo tema no mundo contemporâneo.

Mas há que perguntar: o que é a tolerância? Existem várias opiniões no que a isto diz respeito. Para alguns, ser tolerante é aceitar coisas como a livre expressão de pensamentos ou estilos de vida mesmo quando não nos identificamos com estes (Sullivan et al., 1981). Do ponto de vista social, ser tolerante pode significar aceitarmos conviver em sociedade com os demais, mesmo quando são distintos de nós (Viegas 2004). Stouffer (1955), um dos primeiros a estudar cientificamente o assunto depois da II Guerra Mundial, argumenta com base no pensamento pós-modernista, que as sociedades ocidentais com o seu desenvolvimento democrático tornar-se-iam mais tolerantes, o seu estudo sobre pessoas de esquerda e ateus demonstrou isso mesmo. Ao longo dos anos seguiram-se outros, como Sullivan (1979, 1981 e 1999), Sniderman (1989) e Gibson (1992 e 1996).

A ideologia política é o modo de interpretar o mundo, de lhe dar significado (Rosas, 2014). A ideologia está como tal na base do pensamento de uma pessoa influenciando-a no modo como vê e encara a vida. É o conjunto de crenças, valores, ideias que nos move. Conjunto esse que na socialização e nas trajetórias de vida determinará as diferentes maneiras pelas quais os indivíduos percebem o seu grau de tolerância política e social (Viegas, 2007).

Neste ponto há uma relação entre ideologia e tolerância que está na base desta dissertação. Depois de revista a bibliografia achou-se que existia uma lacuna na literatura,

¹ <https://www.tsf.pt/internacional/interior/reposicao-do-controlo-de-fronteiras-em-varios-paises-europeus-4777305.html>

o que propõe a seguinte pergunta de partida: qual a relação entre a ideologia dos indivíduos com a sua tolerância social face à comunidade imigrante? Por tudo isto, a presente dissertação tem como objetivo principal analisar a tolerância social face aos imigrantes em Portugal.

Para alcançar o objetivo analisou-se a tolerância social face a um grupo-alvo específico (imigrantes) através de uma regressão linear em dois momentos (2008 e 2012), com o intuito de introduzir neste trabalho um fator circunstancial, a crise económica de 2008.

Nesta perspetiva, o estudo aqui delineado apresenta relevância científica e social por dois motivos, sendo que o primeiro está relacionado com o facto de que existem poucos trabalhos que abordam as divisões ideológicas como fatores que influenciam a tolerância. Já o segundo ponto prende-se com a realidade de que em Portugal ainda pouco se sabe sobre as dinâmicas da tolerância social pré e pós crise económica, pelo que a dissertação contribui para colmatar essa lacuna.

Esta encontra-se estruturada da seguinte maneira. Numa primeira instância analisa-se a literatura científica sobre a temática da tolerância. Posteriormente apresenta-se o objetivo revelando o fio condutor da dissertação e o plano de metodologia, expondo assim o modo como foram trabalhados os dados recolhidos. Por fim, descrevem-se os resultados da análise estatística com o intuito de tirar conclusões sobre os objetivos e as hipóteses anteriormente avançados. A dissertação termina com um capítulo em que as principais conclusões deste trabalho são expostas e enquadradas.

CAPÍTULO I - Tolerância: definição, relevância e fatores explicativos²

1.1. Definição

Afinal, o que é a tolerância? Pode afirmar-se, com recurso a autores como Sullivan et al. (1981), que ser tolerante implica aceitar que outros tenham livre expressão das ideias e/ou estilos de vida, os quais rejeitamos e nos opomos. Por outras palavras "one is tolerant to the extent one is prepared to extend freedoms to those whose ideas one rejects, whatever these might be" (Beatty et al., 1984:321). Assim a tolerância é percebida como a vontade de aceitar pessoas a que nos opomos (Gibson, 1998). Numa outra perspectiva, porventura até mais interessante, ser tolerante é em primeiro lugar rejeitarmos as práticas de um grupo e depois conceder-lhes os devidos direitos mesmo que se ache que esse grupo censurável (Rapp, 2017). Exemplificando esta visão de Rapp com o objeto estudado, ser tolerante perante imigrantes significa uma pessoa aceitar na sociedade um imigrante como alguém igual a si, mesmo que no seu pensamento ache que eles não devessem estar no seu país.

Ainda sobre esta linha de pensamento, a tolerância hoje em dia estuda-se sob várias perspectivas. Começa com a divisão teórica entre a tolerância situacional e a de princípios. Depois analisa-se, ainda a nível teórico, as dicotomias mais recentes: estrutural/conjuntural (Sniderman et al., 1989), política, social (Viegas, 2004). A nível empírico, aborda-se a tolerância sociocultural (Karpov, 2016) que define um campo real onde esta também se manifesta.

A tolerância de princípios, na definição clássica de Sniderman et al. (1989) diz-nos que para existir tolerância a pessoa em questão tem que ser coerente entre o que defende e o que pratica. Já aplicada no modo negativo é-nos explicado que terá de existir coerência entre atitudes e pensamentos intolerantes. A intolerância ameaça mais a democracia quando é baseada em princípios (Gibson, 1998). No que à tolerância situacional diz respeito, outra definição clássica de Sniderman et al. (1989), esta pode observar-se nas manifestações efetivas de intolerância que resultam de casos pontuais; sendo que os comportamentos são apenas fruto de fatores ocasionais e não dos princípios enraizados nas pessoas.

² Parte deste capítulo foi usado no Ensaio "Tolerância e opinião pública" no âmbito da unidade curricular de Média e Opinião Pública no ano letivo 2017/2018

A ideia de tolerância estrutural, visão revisionista do conceito da tolerância, significa a aceitação do outro, das suas diferenças culturais e comportamentais. Encontra-se em presença de orientações atitudinais sedimentadas de longo prazo. Este tipo de tolerância depende da trajetória de vidas das pessoas, é algo que vai sendo construído. Ao nível da sociedade é cimentada no passado, na tradição (Viegas, 2004), como por exemplo o passado democrático e social, e também em fatores assentes na trajetória de vida de uma pessoa, como a educação ou a socialização primária.

Por sua vez, a tolerância conjuntural é determinada pela insegurança que uma pessoa sente em relação a determinados grupos sociais e em determinadas conjunturas. Ao contrário da anterior está dependente da conjuntura atual e, por vezes, não apresenta relação direta com a tolerância estrutural, embora essas duas dimensões interajam (Viegas, 2004). Por exemplo, um Estado até pode ter uma coexistência étnica pacífica, contudo, ao ver-se confrontado com um ataque terrorista, a sociedade pode vir a desenvolver uma intolerância face ao grupo estigmatizado e marginalizado de onde o autor do ataque proveio, à semelhança do que tem acontecido na Europa nos anos recentes. A título de exemplo, Hudson (2017) afirma que o racismo contemporâneo agravou-se como consequência da crise desencadeada em 2008, reforçando o argumento de que as crises são propícias ao surgimento e crescimento dos movimentos antidemocráticos que, nesta dimensão, traduzem-se em comportamentos intolerantes.

Uma terceira dicotomia distingue as tolerâncias política e social. Representa uma esfera diferente da que foi abrangida pelos conceitos anteriores. A tolerância política incorpora princípios democráticos, como a garantia de direitos políticos e liberdade para todos os grupos sociais (Viegas, 2007). Mede-se também a nível dos indivíduos, não das sociedades e mede-se também pelo reconhecimento de que todos os cidadãos, mesmo os que pertencem a grupos sociais minoritários, gozam dos mesmos direitos, e, claro, dos mesmos deveres de todos os outros cidadãos. Melhorou a partir do pós-guerra, com o aumento de países democráticos (Viegas, 2007). Trüdinger (2006), chega mesmo a dizer que a tolerância política nem sempre é desejável, e que algum grau de intolerância em relação a pessoas intolerantes pode ser necessário para preservar valores democráticos.

Já a tolerância social preocupa-se principalmente com as atitudes no campo social. É definida como a aceitação pelos indivíduos de grupos sociais e minoritários em participar nas diferentes instituições da sociedade civil nas diversas áreas da vida social. Os potenciais alvos de discriminação são grupos sociais minoritários e marginalizados, como extremistas políticos e religiosos, pessoas pertencentes a vários tipos de grupos

estigmatizados e minorias étnicas (Viegas, 2007). As atitudes de intolerância e o aumento dos grupos minoritários étnicos nas sociedades desenvolvidas despertaram sentimentos de insegurança e reforçaram a estigmatização dos diversos grupos sociais, ou seja, reforçaram a intolerância social (Viegas, 2007). Contudo, também existem posições mais otimistas, inspiradas no comportamento dos indivíduos nas sociedades modernas, que acreditam que os seres humanos são notáveis pelo seu grau de tolerância social e da sua notável capacidade de ajuda e cooperação pró-social (Cieri et al., 2014). O aumento da densidade populacional ajuda também neste fenómeno da tolerância social uma vez que, inseridas em grandes centros populacionais, as pessoas irão conviver em sociedades culturalmente mais diversificadas, o que fará que sejam mais tolerantes com as diferentes (Cieri et al., 2014).

Para terminar, a tolerância sociocultural revela-se como uma habilidade de viver lado a lado com os demais indivíduos, ainda que diferentes, dentro das dissonâncias culturais (Karpov, 2016). Segundo Karpov, a implementação da posição “just to live side-by-side” não requer uma relação de tolerância a partir da cultura, uma vez que se baseia em dissuadir o comportamento em relação a afeções étnicas numa pessoa. Assim sendo, a tolerância é a capacidade de os grupos étnicos conviverem com as respetivas diferenças culturais (Karpov, 2016).

1.2. Tolerância enraizada na natureza humana?

Uma característica interessante dos indivíduos é que são, segundo autores como Lima et al. (2006), ou Candeias (2012a), por natureza intolerantes. Esta atitude é automática devido à facilidade de as pessoas interiorizarem preconceitos e/ou estereótipos face aos outros. As pessoas parecem ter uma inclinação natural para reprimir aquilo com que discordam porque se opõem aos seus padrões de valores, comportamentos e crenças; a tolerância só surge quando se controlam esses impulsos iniciais (Gibson, 1998). Weldon (2006) afirma ainda que os cidadãos, na sua generalidade, estão dispostos a tirar os direitos mais básicos aos grupos estigmatizados na sociedade, sugerindo assim, que a intolerância é uma disposição natural dos indivíduos. Para Lima et al. (2006) as pessoas possuem associações preconceituosas automáticas, que são resultado das experiências passadas. É daqui que sairão os processos automáticos com que as pessoas mostram a sua natureza intolerante.

Neste ponto ainda, Halperin et al. (2013) acreditam que as emoções negativas, que o ser humano adquire de forma natural, têm um papel importante no desenvolvimento da intolerância social, através do que eles consideram de negativismo emocional. Aprofundando este raciocínio, estas emoções também podem surgir num contexto de grupos interpessoais. Contudo, os próprios autores sugerem que estes grupos podem fomentar a redução desse negativismo através das suas interações. A redução dessas emoções negativas irá levar ao declínio dos níveis de intolerância. Este negativismo combate-se também a nível das sociedades e das instituições com a regulamentação emocional que as sociedades democráticas proporcionam. Há ainda estudos que apontam para a existência de uma relação positiva entre a adesão a comportamentos intolerantes e visões extremistas com posses de capacidades cognitivas deficientes (Hiel, 2012).

1.3. Limites da tolerância

Onde é que a tolerância deve, ou não deve terminar? Será que devem efetivamente existir limites no que diz respeito à tolerância? Esta secção dedica-se às diversas visões que defendem que deve haver alguns entraves à tolerância, muitas vezes em prol de outros valores, como os democráticos.

Posto isto, vai-se abordar em primeiro o paradoxo da tolerância de Trüdingen (2006). Este paradoxo diz-nos que existem limites para a tolerância e o que esta deve ser, ilustra que as decisões de tolerar resultam frequentemente da referência a valores conflituantes, o que complica a explicação das atitudes em relação à tolerância. A tolerância não pode ser o objetivo absoluto a alcançar.

Thériault (2008) constrói um argumento de forma diferente: sendo a democracia um regime de decisão pública, a tolerância apresenta-se como um obstáculo à formulação de uma vontade geral. Por outras palavras, fundamenta esta visão com base na tese liberal de democracia, onde segundo ele, ao mesmo tempo que os regimes são tolerantes, também são guiados por um conjunto de normas e decisões fundamentadas pela “autoridade do público” (p. 160). Ou seja, existe uma espécie de paradoxo onde mesmo que um regime democrático assente na tolerância, esta termina quando vai contra a vontade expressa na lei democraticamente construída.

Numa visão diferente Popper (1962) também estudou os limites da tolerância com a sua tese do paradoxo da tolerância. Na sua perspectiva a tolerância ilimitada leva ao desaparecimento da mesma, ao entender-se a tolerância como algo ilimitado, também se

é tolerante aos intolerantes. Assim, se uma sociedade tolerante não estiver devidamente protegida e preparada para se defender face à intolerância, esta pode ascender face à tolerância. Como tal, nas sociedades deve-se recusar a intolerância. No fundo este pensamento pode enquadrar-se como uma perspectiva paralela à ideia dos limites da democracia. Conforme para alguns ser democrático implica rejeitar quem ataca a democracia, para Popper ser tolerante implica rejeitar quem ataca a tolerância.

Rawls (1971), ao teorizar sobre a criação da justiça como algo equitativo e sobre os princípios que devem reger uma sociedade, conclui que a ideia de liberdade igual para todos tem um problema conflituante. Esse problema é o de ser-se tolerante para com os intolerantes. O autor reconhece que a liberdade de consciência é limitada pelo interesse comum na ordem pública, mas, se assim não for corre-se o risco de haver prejuízos para a ordem pública. Nesta lógica a limitação das liberdades perante os intolerantes deve apenas existir quando estes colocam em causa a liberdade social (Rawls, 1971).

Ou seja, apenas em situações específicas, as pessoas tolerantes podem adotar medidas eficientes no sentido de salvaguardarem os seus fundamentos, princípios e instituições promovendo, como tal, a manutenção da estabilidade de uma sociedade bem ordenada (Rawls, 1971). Como tal, os tolerantes não podem basear as suas ações no facto de que eles não podem reclamar perante a intolerância contra si praticada. As pessoas mais moderadas, devem como tal direccionar as suas atitudes de acordo com aquilo que são os princípios da justiça enumerados por Rawls (1971).

1.4. Tolerância em perspectiva longitudinal

É relativamente aceite que os níveis de tolerância social começaram a aumentar e melhorar depois da Segunda Guerra Mundial, sendo que os primeiros estudos empíricos deste tema são contemporâneos a esse tempo (Candeias, 2012a). Estes primeiros trabalhos incidiam essencialmente sobre a tolerância relativa a grupos associados à esquerda, como os comunistas ou os ateus.

Nos últimos anos, o mundo ocidental tem sido abalado recorrentemente com acontecimentos como ataques terroristas ou a crise dos refugiados (com destaque na Europa), que põem em causa os valores da tolerância e todo o seu progresso nestas décadas (Weldon, 2006). Neste sentido, Skitka et al. (2004:743) afirmam que uma das consequências do 11 de setembro foi o aumento da intolerância: “one of several reactions Americans had to the terrorist attacks (...) on September 11, 2001, was an increased

willingness to sacrifice some of the civil liberties (...) the tendency of people to become more politically intolerant under conditions of threat is well documented (...)”. O aumento da conflitualidade política e da insegurança social percecionado pelos indivíduos da maioria da população como estando relacionado com um determinado grupo social tende a aumentar a discriminação relativamente a esse grupo (Viegas, 2004).

Samuel Stouffer (1955) foi o primeiro investigador a realizar um estudo empírico da tolerância. Este autor realizou os primeiros testes de tolerância para com grupos sociopolíticos particulares, como ateus ou pessoas de esquerda, na realidade norte-americana. O seu trabalho confrontou pessoas do mundo urbano vs. mundo rural, homens vs. mulheres e pessoas mais instruídas vs. menos instruídas. A exposição à diversidade cultural produziu uma maior tolerância na sociedade (Stouffer, 1955, citado por Viegas, 2007). Contudo, não chega a lançar luz a respeito de uma predisposição das pessoas para atribuir alguns direitos a pessoas com pontos de vista com os quais possivelmente discordam, uma vez que além de as suas questões serem dirigidas aos grupos alvo já referidos, eram focadas apenas em algumas liberdades civis. No final, o autor observa que, com o aumento da escolaridade e a renovação das gerações observar-se um incremento na tolerância. No primeiro caso deve-se ao facto de a educação colocar as pessoas em contacto com diferentes ideias e estilos de vida, e as pessoas mais escolarizadas estão melhor preparadas para as normas democráticas em situações específicas (Stouffer, 1955). Já no que diz respeito à renovação de gerações o motivo está ligado ao desenvolvimento democrático suportado pelas teses pós-modernistas que viram suportar o aumento a tolerância com este (Stouffer, 1955).

Esta tese viria mais tarde a ser revista e criticada por vários autores, com destaque para Sullivan et al. (1981) que a consideravam uma forma incompleta de ver a tolerância. Consideram-na inclusive otimista, estando bastante convictos que não tinha necessariamente aumentado a tolerância, mas o que aconteceu é que grupos como os comunistas tornaram-se menos ameaçadores. A evolução da perceção de perigo é que mudou. Num pequeno aparte, a realidade é que desde o trabalho de Stouffer a intolerância decresceu, mas o que é “menos apreciado” (aquilo com que uma pessoa não se identifica, mas não é algo tão forte ao ponto de ser considerado intolerância) não (Gibson, 1992). Propôs-se desde logo a introdução de novos grupos na avaliação (como por exemplo os toxicodependentes) e ainda subdividiram a tolerância em tolerância situacional e de princípio. Para Sullivan et al. (1979), a tolerância é algo valioso devido ao seu contributo na manutenção do regime democrático. A tolerância implica a disposição para suportar

as coisas que rejeitamos, a disposição de permitir a expressão das ideias e interesses a que nos opomos. Esta tolerância implica oposição e discórdia (Sullivan, et. al., 1979), ou seja, se não há motivo de oposição, então não há como considerar algo tolerante. A tolerância não implica que adotemos os valores e comportamento dos outros, mas que aceitemos que eles expressem as suas posições e se comportem consoante as suas tradições desde que não cometam crime.

Nesta lógica, os autores consideram a tolerância um conceito livre. É tolerante quem está preparado para estender as liberdades àqueles cujas ideias e comportamentos rejeitam. Em contrapartida, considerava que os estudos anteriores abordavam a tolerância como um conceito não-livre uma vez que as pesquisas se focavam sempre nos mesmos grupos.

A tolerância não é medida pela capacidade de compreender os princípios de liberdade, igualdade e respeito. Esta nova visão critica também a visão de Stouffer afirmando que este estudou uma pseudo diminuição da tolerância. “Americans now appear more tolerant politically than a generation ago (...) but according to Sullivan, Piereson and Marcus this change, which might seem to signal a growth in tolerance, is an illusion” (Sniderman et al. 1989:26). Consideram-na tal uma vez que os cidadãos estão dispostos a tolerar grupos estigmatizados porque lhes são indiferentes, percebidos como menos ameaçadores e não por um genuíno compromisso com a tolerância.

1.5. Fatores explicativos da tolerância

São inúmeros os fatores que influenciam de forma positiva ou negativa a tolerância; podem ser políticos ou sociais, individuais ou coletivos. Contudo nem todos têm a mesma importância. Nesta secção, abordam-se esses fatores. Começa-se em primeiro lugar pelos fatores de nível macro passando posteriormente para os de nível micro.

A nível coletivo e começando pelas dimensões culturais, o primeiro fator a ser abordado é o pós-materialismo. Acredita-se que a tolerância está enraizada nos valores pós-materialistas, que se expandiram após a Segunda Guerra Mundial (Inglehart, 1977). Logo, os cidadãos pós-materialistas são mais tolerantes. Antes, já Lipset (1959) tinha abordado esta questão dos valores e crenças através das suas teorias da democratização. O autor neste ponto de vista atribui ao desenvolvimento económico e social, que inclui a industrialização, a educação (segundo o autor quanto mais instruída for a população mais

probabilidades tem de ser democrática), a riqueza e a urbanização, redução das desigualdades, educação das massas, crescimento da classe média e uma sociedade civil ativa, como variáveis intimamente ligadas à democracia. O autor acredita que quanto mais rica for uma sociedade, maior será a probabilidade de esta sustentar a democracia. Neste sentido argumenta ainda que sociedades que têm grandes desigualdades na distribuição de riqueza traduzir-se-á em regimes antidemocráticos que são propícios para o fomento da intolerância. Naquilo que Lipset (1959) considera a teoria dos pressupostos económicos, não é possível manter um regime democrático se este não obtiver certos requisitos económicos.

A teoria do desenvolvimento prevê que aumente a adesão ao pós-materialismo na medida em que as sociedades se desenvolvem economicamente. Rocha et. al. (2014), referem que entre os indicadores de valores pós-materialistas encontram-se se os valores de participação dos cidadãos nas decisões importantes ou a proteção da liberdade de expressão.

Como é expectável, a cultura e os valores sociais mudaram bastante desde os primeiros trabalhos de Stouffer e nesse sentido é importante perceber de que forma a cultura influencia a tolerância. A variação ao apoio aos valores democráticos reflete, portanto, a variação no acesso às normas democráticas e na internacionalização dos valores dos regimes democráticos (Duch et al., 1992), assim, em democracias consolidadas quanto maior for a cultura democrática de uma pessoa, mais tolerante irá ser. Ainda segundo os autores, numa lógica internacional, a variação no acesso às normas democráticas e na internalização dos valores do regime é refletida pelo apoio à variação dos valores democráticos. A cultura pode afetar a tradução das perceções de ameaça em intolerância de duas formas: a cultura se inibe sempre a uma falta de conformidade; e a cultura pode fornecer aos cidadãos informação que facilite um segundo pensamento (Duch et al., 1992).

Zizek (2008), por outro lado, acredita que grande parte dos problemas políticos de hoje são associados à tolerância devido à culturalização da política. O autor defende que existe um culturalismo liberal baseado nos valores ocidentais que acaba por incentivar a intolerância pois, implica a sobreposição destes valores sobre todos os outros.

As relações democráticas ajudam a espalhar uma cultura de tolerância e participação. Nos dias de hoje, existe uma variedade enorme de agrupamentos sociais numa sociedade, mas os mais tradicionais como a religião ou a etnia, são particularmente preocupantes para os teóricos da tolerância (Weldon, 2006), embora sempre tenham

existido nas diversas sociedades. Esses grupos sociais são duradouros porque também são os principais veículos para a educação e socialização cultural. Torna-se evidente a existência de uma distinção cultural em relação às obrigações (Obeid et al., 2016). Quando a cultura apoia valores democráticos, os que são mais socializados ampliarão esses valores (Duch et al., 1992).

Mudando de fator, agora irá falar-se da relação da democracia com tolerância. Segundo Thériault (2008), a democracia moderna liberal afirma-se como um regime de tolerância generalizada. Este fator está associado à tolerância tanto de um ponto de vista macro como micro. Começando numa perspectiva macro, a evolução das teorias democráticas, enquanto objeto de estudo na ciência política, levaram-nas ser aplicadas em diversas áreas (Chambers, 2003); a tolerância inclui-se neste segmento. Para começar, uma vez que a tolerância é uma dimensão crucial da democracia, acredita-se que as sociedades democráticas sejam mais tolerantes, uma vez que a tolerância decorre de valores como a igualdade e liberdade (Candeias, 2012a). Não esquecendo, no entanto, de uma questão central como a da longevidade da democracia, ou seja, quanto mais antiga e sólida for a democracia, maiores serão os níveis de tolerância (Peffley et al., 2003). Por outras palavras, pode-se referir que as mudanças estruturais das sociedades podem estar na base da disseminação dos valores democráticos sendo que o nível de tolerância registado numa sociedade não depende apenas de um quadro democrático, mas também da durabilidade e qualidade desse mesmo quadro: “essas mudanças estruturais profundas das sociedades ocidentais poderão também ser entendidas como as bases de disseminação de valores democráticos como a tolerância” (Viegas, 2010:91). As democracias de sociedades mais desenvolvidas ao nível económico e social tenderão a ser mais tolerantes. No entanto, uma tendência de exclusão e discriminação persiste nas democracias estabelecidas, algo que acontece devido ao aumento do medo da democratização dos serviços públicos, particularmente na área da proteção social (Viegas, 2010). A tolerância decorre dos princípios igualitários pluralistas da democracia liberal como a imposição dos direitos das minorias, a aceitação das diversas opiniões e valores de vida, a rejeição do arbitrarismo no cumprimento da lei, o respeito das liberdades individuais e a igualdade perante a lei e o respeito pelas liberdades individuais. O alargamento da democracia corre em paralelo com o aumento da tolerância política e social (Peffley et al., 2003). A tolerância social requer pressupostos sociais que as relações democráticas institucionalizam o jogo da discussão e deliberação pacífica entre grupos com ideias e interesses diferentes (Peffley et al., 2003).

As democracias que incentivam a participação política por vezes promovem a igualdade e favorecem a tolerância. As democracias de sociedades socialmente mais integradas tendem a ser tolerantes; a experiência de coexistência tolerante com uma cultura diferente é adquirida até certo ponto na interação com pessoas diferentes (Karpov, 2016).

Destaca-se ainda a visão de Mark Peffley e Robert Rohrschneider. O nível democrático de uma nação pode afetar a força da conexão entre o apoio aos ideais democráticos e a tolerância social. O modelo de aprendizagem democrático prevê que os sistemas que fornecem um ambiente democrático estável incentivam a tolerância social independentemente e em interação com as características a nível individual (apoio à democracia) (Peffley et al, 2003).

A tolerância pode ser aprendida através de uma maior dependência com as instituições socializadoras (Pyatt et al. 2006). Weldon (2006), por exemplo, defende que existe uma relação forte entre a tolerância dos cidadãos às minorias étnicas e o grau em que a tolerância étnica dominante é institucionalizada nas leis, normas e políticas de um Estado, afirmando que este problema surgiu recentemente com a crise dos refugiados. Neste contexto surge a questão de qual é o papel do Estado e de que forma pode melhorar as atitudes políticas, sociais e tolerantes. Segundo alguns autores, desde que os indivíduos percebam que o seu status social está protegido pelas configurações institucionais, serão mais tolerantes (Rapp, 2016). Em contrapartida, se as necessidades básicas não são protegidas, cresce a intolerância, ou seja, estamos perante um caso onde a questão do Estado-providência é fundamental para a tolerância, (embora por vezes possa não explicar tudo).

Outro pormenor importante na relação das instituições com a tolerância, é relativo à dicotomia Federalismo vs. Centralismo. Resumidamente, esta tese diz que os sistemas federais fornecem aos cidadãos múltiplos pontos de acesso às instituições; em contrapartida os estados unitários são centralizados, o que significa que os seus cidadãos têm menos oportunidades de se envolver no processo democrático e conseqüentemente tirar o proveito da tolerância que este promove (Peffley et al., 2003).

Candeias (2012b) destaca ainda a importância da participação política em discussões sobre política e a participação política extraeleitoral. De um modo simples, em ambos os casos os cidadãos que promovam diálogos e uma participação cidadã positiva têm tendência a ser mais tolerantes que quem não o faz.

Outro fator é a idade. No que a este respeita, na análise clássica de Stouffer sobre a tolerância à não-conformidade ideológica, as pessoas idosas são menos tolerantes do que os mais jovens (Cutler et al., 1975). O envelhecimento está associado a uma mudança nas atitudes para atitudes mais conservadoras (Cutler et al., 1975). Assim as pessoas idosas têm mais probabilidade do que as mais jovens de expressar opiniões conservadoras, enquanto os jovens podem ser mais tolerantes e menos discriminatórios (Hatibovic et al., 2017).

Quanto ao género, no primeiro trabalho de Stouffer (1955) este mostrou que existem diferenças de género na vontade de alargar os direitos democráticos aos grupos menos ortodoxos estudados, sendo que a conclusão é que as mulheres são mais racistas, mais punitivas e menos favoráveis à igualdade social que os homens. Esta constatação deve-se às diferenças entre géneros no acesso à educação, na religiosidade ou à exposição à diversidade fora do lar (Stouffer 1955, in Golebiowska, 1999). No entanto, existe literatura que vai no sentido contrário, Hatibovic et al., (2017), num estudo realizado na realidade chilena, incidente sobre xenofobia e homofobia concluíram que as mulheres são mais tolerantes que os homens, nomeadamente face a estes grupos. A diferença de género verifica-se ainda no apoio a grupos excluídos, onde as mulheres são mais tolerantes e tendem a conceder mais facilmente direitos (Golebiowska, 1999).

A escolaridade também está associada à tolerância, sendo vista como uma variável explicativa importante por vários autores, nomeadamente Stouffer (1955). No seu trabalho defendeu que os estratos mais escolarizados são os mais tolerantes, uma vez que, têm um conhecimento científico, um conhecimento objetivo da realidade e também da sua diversidade. E nas escolas aprende-se a lidar com as diferenças já que se está em contacto com pessoas diferentes com ideias e valores diferentes. A tolerância pode ser aprendida através de um maior contacto com grupos diversos ou através de um maior contacto com as instituições socializadoras (Pyatt et al., 2007). As instituições educativas de uma sociedade democrática socializam os indivíduos com as normas democráticas. A educação aumenta a aplicabilidade dos princípios gerais democráticos, aumentando também o nível de informação das pessoas (Bobo et al., 1989). Os graus de instrução e de conhecimento de uma pessoa determinam as atitudes de tolerância porque causam um impacto sobre a relevância dos valores e das disposições ideológicas (Trüdinger, 2006). A educação influencia ainda a tolerância de forma indireta, por intermédio do seu impacto na ideologia, uma vez que altera o conhecimento e a consistência das atitudes, e pode mudar o modo como se formam as atitudes e como as pessoas tomam decisões (Trüdinger,

2006). Contudo, não deixa de haver autores que acreditam que a relação entre tolerância e escolaridade seja pouco consistente (Sullivan et al., 1979 in Bobo et al., 1989).

No que toca à religião os estudos apontam para que os indivíduos não religiosos são mais tolerantes do que os indivíduos que são doutrinários da sua fé, independentemente da mesma (Corwin et al., 1982). Por exemplo livros sagrados religiosos como o Alcorão ou a Bíblia têm passagens que são interpretadas como condenadoras de práticas homossexuais; ademais, as pessoas que se identificam religiosamente são mais homofóbicas (Hatibovic et al., 2017). No iluminismo, os protestantes e católicos eram igualmente intolerantes (Laborie, 2017). Ainda sobre este tópico, só a partir do Iluminismo e com o fim das perseguições e das guerras religiosas é que se conseguiu a tolerância necessária para dar uma resposta prática que permite a paz e a estabilidade social nas fronteiras dos Estados (Cardoso, 2014). De destacar também que em certas ocasiões a identificação religiosa, ou seja quando um indivíduo se identifica com uma religião ao ponto de se seguir e aplicar a sua doutrina, pode estar na base do desenvolvimento da tolerância face a grupos estigmatizados e às minorias étnicas (Beauty et al., 1984).

Quanto à classe social há uma divergência significativa. Enquanto, por exemplo, Lipset (1959) afirma que a classe operária é mais autoritária (ir-se-á ver mais à frente que as pessoas autoritárias tendem a ser mais intolerantes), outros consideram que esta relação é fraca e irrelevante (Candeias, 2012a). Ainda neste ponto, a confiança social entre as diversas classes lança uma luz sobre a relação de uma pessoa com os concidadãos de outras classes sociais; podendo servir de guia de orientação alternativo para valores em conflito, no domínio da tolerância (Trüdinger, 2006).

Por fim, a ideologia política. Viegas (2007) defende que a estrutura das crenças e valores adquiridos na socialização e nas trajetórias de vida determinará as diferentes maneiras pelas quais os indivíduos percebem situações de insegurança e, em particular, o seu grau de tolerância política e social. Contudo não se pode esquecer nas novas ideologias que surgiram na segunda metade do século XX, ou das ideologias extremistas em ambos os lados do espectro vieram complexificar este debate. A ideologia política é uma forma de interpretar o mundo, de lhe dar significado, sendo partilhada por grupos de cidadãos e sociedades (Cardoso, 2014). Esta é uma aceção alargada que pode englobar várias dimensões nas quais se enquadra a tolerância. Deste ponto de vista, as raízes da tolerância podem-se ver de duas maneiras ideologicamente. A primeira, através da tradicional escala ideológica, usada por exemplo no trabalho de Candeias (2012a), onde

as pessoas se posicionam numa escala entre 0 e 10, sendo 0 esquerda e 10 direita. No estudo as pessoas afetas à esquerda revelaram-se mais tolerantes que as pessoas que ideologicamente se situam na direita do espectro político. Uma segunda maneira de ver a ideologia foca-se no espectro político onde se incluem os eixos Autoritário-Libertário. Aqui além de se ver se uma pessoa tolerante é de esquerda ou de direita, tenta-se perceber se é liberal ou conservadora. Burke (2017) fez um estudo nos Estados Unidos da América aplicando o eixo autoritário-libertário com o intuito de perceber a relação dos liberais e conservadores com a tolerância perante o racismo, contudo o seu estudo foi inconclusivo neste aspeto uma vez que ambos os lados revelaram-se intolerantes.

1.6. Estudos sobre tolerância social face imigrantes

Existe um conjunto de explicações clássicas das atitudes face aos imigrantes, que se situam em torno das ameaças económicas, e/ou culturais (Dinesen et al., 2016). Segundo estas a oposição à imigração é vista como uma função da perceção dos imigrantes como uma ameaça ao bem-estar económico e à identidade social da nação (Dinesen et al., 2016).

Vallas et al. (2009) exploram três abordagens na análise deste fenómeno. Na primeira abordagem (que consideram ser a mais influente no sentimento anti-imigração), os autores exploram aquilo que denominam de teoria de ameaça de grupo; esta defende que os membros dos grupos dominantes mantenham conceções e posições étnicas estabelecidas. Quando ocorrem mudanças nesta estrutura social para os grupos subordinados (aumento da concorrência no mercado de trabalho, crises, ou um influxo descontrolado de recém-chegados) eles destroem os entendimentos assumidos pelo grupo dominante e assim provocam mecanismos de defesa do poder estabelecido.

Na segunda abordagem, Vallas et al. (2009) mostram como essa estrutura pressupõe que os sentimentos negativos perante os imigrantes se baseiam em estereótipos previamente formados. A dimensão do grupo imigrante é fulcral no desenvolvimento desta dinâmica. Por último, a abordagem que resta está relacionada com uma imagem geral e de certo modo comum que as sociedades têm sobre a imigração em grande parte uma função das visões do mundo, tradições políticas e identidades coletivas mantidas por grupos particulares (Vallas et al., 2009).

Numa perspetiva semelhante, Vala (2003) defende que as perceções públicas sobre o fluxo de imigração, refletem as preocupações e receios que estão a ter

repercussões na representação sobre as identidades individuais e coletivas. Neste sentido Vala (2003) acredita que os cidadãos da União Europeia reagem aos fluxos migratórios reorganizando as suas atitudes face a estes levando a um estigma de diferença.

Existe uma relação entre atitudes face a imigrantes e estado social no sentido em que as instituições de bem-estar social estão relacionadas com a formação de tolerância social face à imigração (Rapp, 2016). Prevalece a ideia de que os imigrantes ameaçam valores importantes ou constituem um perigo para a situação económica do país. A autora aplicando o seu conceito de tolerância (ser tolerante é em primeiro lugar rejeitar um grupo e só depois conceder-lhe direitos) em relação aos imigrantes, consegue perceber como estes são enquadrados e a forma como os seus problemas podem ser superados ao conceder-lhes determinados direitos. Como o grande desafio das sociedades nos dias correntes implica que as pessoas tolerem aqueles com quem não se identificam, a tolerância vai, portanto, para além das atitudes anti-imigrantes, pedindo a aceitação deste grupo (Rapp, 2016).

Na mesma perspetiva Candeias (2012a) contextualiza a relação entre a tolerância social e a imigração em vários aspetos. O autor estuda esta relação sob o ponto de vista do sentimento de ameaça perante os imigrantes que as sociedades podem desenvolver. Na caracterização deste sentimento, Candeias (2012a) diz que é um sentimento de ameaça face à sociedade criando uma lógica de ameaça-intolerância. Os imigrantes também podem ser estigmatizados de um ponto de vista social; pois segundo Candeias (2012a) existe o sentimento de que os imigrantes muitas vezes concorrem com mais facilidade para empregos face aos cidadãos nacionais. O que leva a um outro ponto de estigma a nível associativo, pois estas dinâmicas podem levar, por exemplo, associações sindicais demonstrarem alguma inflexibilidade face à imigração, (Candeias, 2012a).

Numa perspetiva da psicologia, Dinesen et al. (2016) pesquisaram a tolerância relativamente a este grupo em relação com traços de personalidade das pessoas. A personalidade é dividida em cinco traços (abertura, consciência, extroversão, amabilidade e neuroticismo), sendo que são os primeiro e último traços os que mais influenciam a tolerância. A lógica é quanto mais abertura tiver uma personalidade mais tolerante ela será, em contrapartida, quanto mais neuroticismo tiver uma personalidade mais intolerante será (Dinesen et al., 2016).

1.7. Estudos sobre tolerância social em Portugal

No caso português, a tolerância estudada quase sempre em perspectiva comparativa, sendo exemplos deste tipo de investigação Viegas (2004 e 2007), Candeias (2012a e 2012b) e Queiroga (2017). Nestes trabalhos, os autores observaram que Portugal é dos países com níveis de tolerância política e social mais elevados; tendo em conta que é uma democracia relativamente jovem, apresenta inclusive níveis e tolerância mais elevados que algumas democracias mais consolidadas. As justificações dadas prendem-se sobretudo com a existência de uma forte tolerância circunstancial ou de conjuntura com valores médios baixos relativamente aos países europeus.

No seu trabalho sobre o tema, publicado em 2004, Viegas analisou a tolerância política e social em diversos países europeus, nomeadamente Portugal, Dinamarca, Suécia, Holanda, Alemanha, Espanha, Suíça, Roménia e Moldávia; a tolerância social era medida pela aceitação ou exclusão desses grupos como vizinhos. Em termos comparativos Portugal situou-se no grupo dos países mais tolerantes socialmente. Este resultado foi uma surpresa, uma vez que Portugal não apresentava algumas características que se cria serem necessárias a este panorama, como o facto de ser uma democracia relativamente recente. O autor acaba por concluir que o cerne do entendimento de tolerância em Portugal situava-se na relação entre tolerância estrutural e conjuntural, pois Portugal, nessa altura, apresentava indicadores que revelavam uma fraca conflitualidade com grupos extremistas (quer religiosos, quer ideológicos), bem como indicadores estruturais que revelavam ter existido um significativo desenvolvimento económico e social desde o 25 de Abril. Foi este desenvolvimento, que foi acompanhado de políticas sociais e da difusão de instituições e valores democráticos que, no seu conjunto, favoreceram a tolerância. Esta situação propiciava uma maior tolerância conjuntural, embora os valores de tolerância estrutural, medida pelo grau de aceitação de grupos minoritários, mas não ameaçadores, como os homossexuais, colocasse o país na média dos países europeus. Considerando todos os grupos minoritários e marginalizados a média, obviamente, tendia a fazer subir a tolerância em Portugal.

No seu trabalho de 2007, Viegas abordou a tolerância política e social também numa perspectiva europeia. Usando como indicador para a análise da tolerância social, o da rejeição de indivíduos de grupos estigmatizados como vizinhos. À semelhança dos restantes estudos também aqui Portugal mostrou por vezes, ser um país com um elevado nível de tolerância social estando entre os mais tolerantes nos países estudados.

Mais tarde, Candeias (2012a) realizou um estudo que se focou na intolerância social geral e em três indicadores de intolerância face a grupos-alvo específicos: minorias étnicas e grupos estigmatizados. Com recurso a um conjunto de regressões multinível, o autor usou preditores de nível contextual e individual. Na sua análise pela intolerância social comparou 48 países/territórios incluindo Portugal. Os resultados a que chegou foi que o nível médio de intolerância era mais baixo nos países da Europa do Norte, Ocidental e Mediterrânea. A média mais elevada pertence aos países da Ásia Ocidental.

Também nesse ano, Candeias (2012b) analisou a relação entre valores sociais e tolerância social, usando como valores sociais as dicotomias entre valores materialistas e pós-materialistas e os valores autoritários e libertários. Operacionalizou e quantificou a tolerância face a três grupos-alvo específicos, minorias étnicas (trabalhadores imigrantes), grupos estigmatizados (ciganos, homossexuais e portadores de SIDA) e toxicodependentes (toxicodependentes de drogas e álcool), e através de regressões lineares com dados a nível agregado. Na segunda parte analisou o modelo de valores autoritários/libertários. Finalmente, através de uma análise de regressão com variáveis latentes, testou a relação entre a estrutura fatorial da intolerância e os valores autoritários/libertários. Aqui optou realizar o estudo apenas com os fatores dos valores autoritários (ex.: respeito pela autoridade, manter a ordem) acreditando que quanto menos autoritárias as posições, mais tolerantes são. Contudo no seu estudo esta relação não se verificou.

CAPÍTULO II - Objetivos, hipóteses e metodologia

2.1. Objetivos e hipóteses

Relembrando, esta dissertação tem como fio condutor a seguinte pergunta de partida: qual a relação entre a ideologia dos indivíduos com a sua tolerância social face à comunidade imigrante? Para tal o principal objetivo passa por verificar se a ideologia dos indivíduos explica as atitudes de tolerância social relativamente aos imigrantes. O objetivo secundário é verificar se a crise económica e social diminui esses níveis de tolerância, diminuindo, também, o poder explicativo da ideologia.

No que toca a estudos da relação entre ideologia e tolerância, não existe muita literatura com o quadrante político da forma que aqui vai ser trabalhado. Existe sim, um conjunto de estudos que associam determinadas ideologias a atitudes e crenças mais ou menos intolerantes, principalmente por extrapolação das grandes teorias ideológicas. Desse ponto de vista, este trabalho procurará ir mais longe vendo a ideologia de diversas perspetivas e como esta influência a tolerância.

Há duas formas de ver as raízes da tolerância de um ponto de vista ideológico. A primeira, a mais tradicional, é através da escala ideológica, já várias vezes usada por alguns autores como Candeias (2012a), na generalidade aplicada numa lógica de Esquerda-Direita onde se verificou que as pessoas afetas a ideologias de esquerda são as mais tolerantes. Neste caso em concreto estudar-se-á a diferença entre as pessoas que se definem ideologicamente como de esquerda e de direita no seu posicionamento face aos imigrantes através da tolerância social. Sendo assim a primeira hipótese passa por perceber este contraste.

H1: As pessoas que se situam no lado esquerdo do espectro ideológico são mais tolerantes que as que se situam no lado direito;

Por outro lado, o apoio aos partidos mais extremistas de esquerda e de direita pode ser um indicador para o conflito político radicalizado e, conseqüentemente, estar associado a níveis menores de tolerância. O conflito político radicalizado e os extremos ideológicos são frequentemente associados à instabilidade democrática e considerados uma marca de normas democráticas mal desenvolvidas. Relação bastante evidente, segundo Duch et al. (1992). Neste ponto de vista os partidos extremistas podem ser bastante semelhantes, quer no facto de serem intolerantes, quer naquilo em que são

intolerantes. Exemplo disso é a adesão recorrente a discursos populistas que ambos fazem (Ajanovic et al., 2015). Os partidos de extrema-esquerda caracterizam-se por serem mais autoritários, mais rígidos e mais intolerantes que os partidos mais moderados. Atacam, muito por via do populismo, as elites do poder por as considerarem automaticamente corruptas (Otjes et al., 2015). Nos partidos de extrema-direita destaca-se em primeiro lugar a intolerância a uma variedade enorme de grupos. Assemelha-se em muito ao que foi dito anteriormente em relação ao extremismo de esquerda, contudo apresenta as suas diferenças. Enquanto o populismo de direita tende a atacar elites como o governo ou os média, o populismo de esquerda concebe ataque às elites económicas e religiosas (Ernst et al., 2017). Usando novamente o posicionamento na escala ideológica, mas desta feita tentando distinguir extremistas de moderados, procurar-se-á entender se existem níveis significativamente diferentes de tolerância entre extremistas e ideologias mais próximas do centro do espectro político.

H2: As pessoas que se posicionam no centro do espectro ideológico são mais tolerantes que as que se situam nos extremos;

Uma segunda forma de olhar para a ideologia implica o enfoque no espectro político onde se incluem os eixos Autoritário-Libertário. Nesta lógica, Burke (2017) fez um estudo nos Estados Unidos da América aplicando o eixo autoritário-libertário com o intuito de perceber a relação dos liberais e conservadores com a tolerância. Embora tenha analisado essa relação apenas para o caso dos indivíduos racistas, chegando à conclusão que neste aspeto ambos mantêm discursos de desigualdade racial não havendo grande diferença.

A tolerância pode ser tratada como um princípio-chave nas teorias liberais, quando tratam dos direitos humanos. Historicamente à medida que o Liberalismo se espalha, e se tornou uma força legítima, a tolerância ganhou popularidade e tornou-se uma referência comum (Arat et al., 2016). A tolerância liberal, contudo, defende relações hierarquizadas. É uma acomodação assimétrica dos poderosos, que primeiro identifica o outro como desagradável, e depois tolera a sua existência (Arat et al., 2016). No fundo, uma ideia coincidente com a visão de tolerância de Rapp (2016), já vista anteriormente. Contudo também existe intolerância liberal face aos grupos mais à direita, sendo equiparada a intolerância aos extremistas (Crawford et al., 2014). Em relação ao Conservadorismo, ao nível da discriminação de grupos pode seguir a mesma linha que extremistas de direita. Em vez de antipatizarem exclusivamente com alvos de esquerda chegam a discriminar

grupos políticos e sociais de todo o espectro político. Ou seja, a nível ideológico pessoas mais conservadoras podem revelar-se intolerantes a quem simplesmente não concorda com o que defendem (Crawford et al., 2014). Certas visões conservadoras chegam a assumir positivamente a intolerância social, independentemente da orientação política do alvo apresentando e também demonstram relação positiva com a xenofobia e a homofobia (Hatibovic et al. 2017). Em suma, vai-se tentar perceber a diferença na tolerância entre os liberais e os conservadores.

H3: As pessoas mais conservadoras são menos tolerantes que as liberais.

A participação em instituições da sociedade civil pode resultar em valores de tolerância. Tocqueville acreditava que a igualdade e a liberdade nas sociedades democráticas permitem a realização de uma sociedade mais justa, valorizando as virtudes dos cidadãos e permitir o desenvolvimento dos cidadãos através da sua participação cívica (Tocville 1835, cit in Nay, 2007). O autor usa o exemplo norte americano como um caso exemplar de democracia. Entre outros aspetos destaca positivamente a proteção das minorias (exceção aos africanos e indígenas) e a participação pública dos cidadãos. Destacou também o papel importante que as associações e a imprensa livre tiveram neste panorama (Tocville 1835, cit in Nay, 2007).

Viegas et al. (2010) destacam o papel das associações e os seus efeitos no plano político. Nuns casos estas tiveram foco a nível institucional relevando importância enquanto agências de representação e intermediação de interesses, noutras casos reiteraram a relevância do envolvimento associativo na produção de atitudes e valores cívicos, que induzem um envolvimento político maior e práticas de participação cívica mais frequentes e intensas (Viegas et al. 2010).

Fazendo uma extrapolação dos benefícios que a participação em associações em geral traz, para a participação em partidos políticos, acredita-se que a identificação em partidos políticos pode tornar uma pessoa mais tolerante do que uma que não se identifica.

H4: As pessoas que se identificam com partidos políticos são mais tolerantes que as que não se identificam.

Convém, para a próxima hipótese, recuperar Hudson (2017) pois defende que a conjectura atual é propícia à existência de ambientes de intolerância com a ascensão contemporânea da extrema-direita. A crise além de económica e institucional, também

revelou um carácter social. Exemplo disso foi a crise dos refugiados que tem vindo afetar a Europa recentemente (Weldon, 2006 e Rapp, 2016).

Neste contexto entende-se que a crise económica desencadeada em 2008 teve fortes consequências nas democracias ocidentais, nomeadamente a nível da adesão ideológica a formas de pensar mais extremistas e intolerantes. Nessa perspetiva é um ponto que não pode passar despercebido aqui, e como tal também vai estar em análise. Nesta lógica a expectativa é que a crise vai ter um impacto nos resultados em 2012.

H5: Em contextos de crise, as ideologias tornam-se menos predictoras de tolerância face a imigrantes.

Para terminar a exposição das hipóteses levanta-se uma sobre o modo como a tolerância social pode alterar-se em contextos de crise. Para sustentar esta hipótese pode-se lembrar a teoria sobre as tolerâncias conjuntural e situacional. Em relação à tolerância conjuntural, esta é determinada pela insegurança sentida em relação a determinados grupos sociais e em determinadas conjunturas. Está relacionada à conjuntura atual (Viegas, 2004).

Relembrando a posição de Sniderman et al. (1989), a tolerância situacional observa-se nas manifestações efetivas de intolerância que resultam de casos pontuais pois comportamentos são apenas fruto de fatores ocasionais (ex.: crises).

H6: Em contextos de crise, as pessoas ficam menos tolerantes face a imigrantes.

2.2. Abordagem metodológica

Esta dissertação debruçou-se sobre a tolerância social numa perspetiva ideológica e conjuntural. O grupo alvo são os imigrantes. O objetivo principal, como tal, foi o de perceber de que forma a ideologia influencia a tolerância social sobre os imigrantes. Pretendia-se, também, saber se a crise económica alterava os níveis de tolerância e o poder explicativo da ideologia. Para tal analisou-se a tolerância social em dois momentos; um em 2008 (pré-crise) e outro no ano de 2012 (plena crise). O fator conjuntural é a crise que iniciou em 2008, desta forma pretende-se saber se a ideologia influencia a tolerância e se esta teve alguma mudança significativa com a crise. Em ambas as análises se utilizou como base de dados do European Social Survey em 2008 e em 2012.

A dimensão usada para tolerância social é o nível de aceitação para imigrantes poderem viver em Portugal. Para tal usa-se três indicadores. Escolheu-se três indicadores na medida em que cada um deles avaliam um ponto de aceitação diferente sobre imigrantes em Portugal, como tal acredita-se que vai tornar a dimensão de tolerância social mais sólida. Os indicadores são compostos pelas seguintes afirmações: “deve-se deixar que pessoas de raça ou grupo étnico diferente do da maioria da população portuguesa venha e fique a viver cá”, “deve-se deixar que pessoas de raça ou grupo étnico igual à maioria portuguesa venha e fique a viver cá” e “deve-se deixar que pessoas dos países mais pobres fora da Europa venham e fiquem a viver cá”. Para medir estes indicadores usou-se uma escala de 1 a 4 (sendo 1 nenhum imigrante pode vir para Portugal, 2 poucos imigrantes podem vir para Portugal, 3 alguns podem e 4 muitos podem). Na análise referente a 2012 esta variável será composta da mesma maneira com indicadores idênticos.

Para testar a H1 (as pessoas que se enquadram no lado esquerdo do espectro ideológico são mais tolerantes que as que se situam no lado direito) usou-se a variável esquerda/direita, com posições de 0 a 10 (0 o máximo de esquerda e 10 o máximo de direita) com o intuito de se classificar os inquiridos pelo espectro esquerda-direita.

Para analisar a H2 (as pessoas afetas a ideologias mais próximas do centro são mais tolerantes que as pessoas afetas às ideologias dos extremos) usam-se os mesmos dados da base, com a mesma variável esquerda/direita da hipótese anterior: 0-3 e 7-10= extremos, 4-6= centro.

Para medir o conservadorismo construiu-se um indicador com base na afirmação “é importante seguir as tradições”, com duas posições 0= não concordam com a afirmação e 1= concordam com a afirmação.

Continuando, para medir a variável independente “identidade partidária” da H4 (as pessoas que se identificam com partidos políticos são mais tolerantes que as que não pertencem) usou-se como indicador a pergunta: “sente-se próximo de algum partido em particular face aos outros”. Para medir esta variável recodificou-se para 0 = não se identifica com nenhum partido e 1 = identifica-se a algum partido.

Para estudar H5 (com contextos de crise, as ideologias tornam-se menos predictoras de tolerância devido ao aumento do sentimento de ameaça face a imigrantes) optou-se por uma estratégia totalmente diferente, meramente comparativa. Após a análise dos dados compararam-se os resultados obtidos para cada um dos anos com o intuito de

perceber se houve um impacto estatisticamente significativo das variáveis ideológicas em 2008 e nenhum ou menor em 2012.

Por último lugar H6 (em contextos de crise, as pessoas ficam menos tolerantes face a imigrantes) optou-se por uma estratégia idêntica à da hipótese anterior. Comparou-se os resultados de ambos os anos do valor médio do índice de tolerância. Para blindar este ponto analisou-se também o valor médio de cada um dos indicadores de forma individual.

Colocadas então as variáveis e respetivos indicadores, há duas questões que se colocam. A primeira é o porquê a escolha destas variáveis referentes aos imigrantes como indicadores de tolerância social. Colocou-se já esta problemática pelo facto que as variáveis da forma como estão operacionalizadas (quadro 2) podem apenas indicar a aceitação de imigrantes no país não estando propriamente relacionadas com tolerância social. Para responder, recorre-se Viegas (2010). Pegando nesta lógica, é de entender, que facilmente se faz uma transposição entre a aceitação da convivência com imigrantes com a sua aceitação em viver em Portugal, logo mantém-se convicta a ideia de que a variável dependente é um bom indicador de tolerância social. Assim a aceitação de imigrantes viver em Portugal enquadra-se numa sociedade socialmente mais integrada. Uma questão que se pode levantar para defender esta proposta é o sentimento de ameaça. Segundo Candeias (2012a), o sentimento de ameaça face a estrangeiros e à diversidade étnica leva a uma intolerância maior. Este ponto é pertinente uma vez que o autor aborda o sentimento de ameaça enquanto algo na sociedade em geral. Assim esta relação suporta a existência de uma indicação de tolerância social em alguém querer aceitar ou não imigrantes no seu país.

Para terminar este capítulo aborda-se a escolha das variáveis de controlo. Neste caso as três variáveis de controlo escolhidas foram sexo, idade e habilitação académica, porque todas elas são consideradas influenciadoras da tolerância, referidas por diversos autores como Stouffer (1955), Cutler et al. (1975) ou Pyatt et al. (2007). Contudo coloca-se uma outra questão subjacente: se são fatores influenciadores de tolerância, porque são colocados apenas como variáveis de controlo e não como variáveis independentes? A resposta é igualmente simples. Uma vez que esta dissertação se debruça sobre a relação entre ideologia com tolerância face a imigrantes, não serão os indicadores mais eficazes para o estudo em questão ainda por mais comparados com os outros que foram analisados.

Quadro 2.1 – Variáveis e operacionalização 2008 e 2012

	Variável	Pergunta ou afirmação usada como indicador	Escala ou posições da resposta
Variáveis Independentes	Identidade Ideológica	Em política é costume falar-se de esquerda e direita. Como é que se posicionaria nesta escala, em que 0 representa a posição mais à esquerda e 10 a posição mais à direita?	0 = esquerda 10 = direita
	Extremismo ideológico	Em política é costume falar-se de esquerda e direita. Como é que se posicionaria nesta escala, em que 0 representa a posição mais à esquerda e 10 a posição mais à direita?	0-3 = extremos 4-6 = centro 7-10 =
	Posicionamento no eixo conservadorismo-progressismo	É importante seguir as tradições	0 = progressistas 1 = conservadores
	Identificação com um partido	Há algum partido pelo qual sintas mais simpatia do que pelos outros?	0 = não se identifica com nenhum partido 1 = identifica-se com algum partido
Variável dependente: tolerância social	Tolerância face a imigrantes:	Em que medida acha que Portugal deve deixar que pessoas de uma raça ou grupo étnico igual à maioria portuguesa venham e fiquem a viver cá?	1 = não deve deixar vir ninguém 2 = deve deixar poucos 3 = deve deixar alguns, 4 = deve deixar-se muitos
		Em que medida acha que Portugal deve deixar que pessoas de raça ou grupo étnico diferente da maioria portuguesa venham e fiquem a viver cá?	1 = não deve deixar vir ninguém 2 = deve deixar poucos 3 = deve deixar alguns, 4 = deve deixar-se muitos

Quadro 2.1 – Variáveis e operacionalização 2008 e 2012

		E em que medida acha que Portugal deve deixar que pessoas dos países mais pobres fora da Europa venham e fiquem a viver cá?	1 = não deve deixar vir ninguém 2= dever deixar poucos 3 = deve deixar alguns, 4 = deve deixar-se muitos
Variáveis de controlo	Idade	Em que ano nasceu?	Anos
	Sexo	É...	1 = homem 0 = mulher
	Escolaridade	Qual é o nível mais elevado de educação que alcançou?	1 = primária 2 = básico 4 = secundário 5 = profissional 6 = licenciatura 7 = mestrado 8 = doutoramento

CAPÍTULO III – Resultados

3.1. Análise dos resultados

Apresenta-se neste subcapítulo a verificação empírica das hipóteses levantadas no segundo capítulo. Para tal, expõem-se os resultados de uma regressão linear para o índice geral de tolerância, criado com base em com três variáveis, onde os valores 1 e 2 representa ser intolerante, e os valores 3 e 4 representa ser tolerante. A média dos valores dos índices será usada para perceber se a tolerância aumentou ou diminuiu entre ambos os anos.

O quadro 3.1 apresenta os resultados da regressão explicativa dos níveis de tolerância social face a imigrantes no ano de 2008, com dados relativos a 1515 casos válidos em 1521 inquiridos em Portugal. Mas antes, relembre-se a forma como foi operacionalizada a variável tolerância.

Começando pelo valor do R^2 , neste caso é de 0,078 o que mostra uma baixa explicação do fenómeno em causa pelo conjunto de fatores selecionados. Indo agora para os valores VIF, todas as variáveis em questão mostraram valores inferiores a 2, variando entre 1,008 (esquerda vs. direita e centro vs. extremos) e 1,205 (idade). Estes valores são de extrema importância uma vez que sendo inferiores a 2 mostram que não há problemas de multicolinearidade entre as variáveis.

Em relação às variáveis de controlo, sexo, nível de instrução e idade, os resultados são condizentes com a teoria. Começando por analisar o género, a tolerância é maior nos homens face às mulheres, contudo não se pode deixar de salientar que neste ponto a literatura é mais inconclusiva tendo já havido teses em ambos os sentidos, uma vez que Stouffer (1955) defendia que as mulheres seriam mais intolerantes, mas em contrapartida Hatibovic et al. (2017) defendem que as mulheres são mais tolerantes. Em relação ao nível de instrução, a tolerância aumenta conforme o nível académico. Por fim em relação à idade o que os resultados de 2008 dizem é que com o aumento da idade há uma tendência para aumentar a intolerância.

Olhando agora para as variáveis relativas às hipóteses, várias revelaram significância. Das que assentavam na perspetiva ideológica clássica, com o espectro esquerda-direita, se verificou, que leva a suspeitar que a dicotomia esquerda-direita ou extremismo-moderação nesse mesmo espectro não seja um verdadeiro motivo de variação

de tolerância. No que toca à hipótese 3 (que assenta no quadrante político), os dados indicam que as pessoas mais conservadoras são mais intolerantes que as progressistas. Com estas observações é possível questionar se o melhor preditor de tolerância será o quadrante político com o eixo progressista-conservador, em vez do espectro clássico. A identificação partidária revelou não ter sequer significância. Em relação a H6 o valor médio do índice de tolerância neste ano foi de 2,205.

Quadro 3.1 – Tolerância social face a imigrantes em 2008, regressão linear múltipla

Variável	Nº	B	Std. Error	R ²	Beta	Sig.	VIF	Mean
Sexo		,113	,042		,066	,008	1,011	
Nível de instrução		,115	,016		,187	,000	1,174	
Idade		-,006	,001		-,127	,000	1,205	
Esquerda vs direita		-,012	,011		-,028	,263	1,008	
Identificação partidária		,042	,044		,024	,338	1,040	
Conservadorismo vs progressismo		-,076	,019		-,100	,000	1,055	
Centro vs Extremos		-,012	,011		-,028	,263	1,008	
Tolerância social								2,205
Total (válidos)	1521 (1515)			0,078				

O quadro 3.2 apresenta os resultados da regressão relativa à tolerância social face a imigrantes no ano de 2012 em Portugal, com um número de casos válidos de 1419 em 1425 pessoas, o primeiro pormenor a destacar é o facto de o R² apresentar um valor ainda mais baixo que no quadro anterior (0,053) mostrando que neste ano o modelo explica consequentemente ainda menos a tolerância estudada. Também neste caso os valores VIF voltaram a ser mais baixos que 2; ou seja, aqui também não houve problemas em termos de multicolineariedade das variáveis relativas às hipóteses.

Em 2012, as variáveis esquerda vs. direita, identificação partidária e centro vs. extremos, mostraram não ter significância, o que leva, mais uma vez, à rejeição das hipóteses H1, H2 e H4. Convém lembrar que este segundo momento estava sujeito a uma conjuntura (crise de 2008). Com tal, faz sentido, com base na bibliografia já escrita, que as distinções ideológicas não permitissem esta distinção com o seu extremar. Uma vez que contextos de crise são momentos propícios para que as pessoas extremem o seu pensamento face a grupos minoritários (Hudson, 2017) e como tal é aceitável que as diferenças ideológicas não fossem significantes para distinguir a tolerância.

Quanto às variáveis de controlo (nível de instrução, idade e sexo) os valores já não estão todos condizentes com a teoria, o que não deixa de ser interessante. Em relação nível de instrução, mais uma vez a tolerância aumenta à medida que aumenta a escolarização. No que toca ao grupo etário, o que os resultados de 2012 dizem é que com o aumento da idade aumenta a intolerância. Por fim, a variável de controlo sexo não se revelou significativa.

Indo agora para as variáveis relativas às hipóteses, a conclusão a que se chega é que à semelhança do que aconteceu no período de 2008 nenhuma das hipóteses se verificou. Contudo, a variável relativa a H3 apresentou um resultado de 0,055, o que não leva a uma rejeição total da hipótese porque ela é confirmada em 2008, embora não estatisticamente confirmada (quase no limite) em 2012.

Quadro 3.1.2 – Tolerância social face a imigrantes em 2012, regressão linear múltipla

Variável	Nº	B	Std. Error	R ²	Beta	Sig.	VIF	Mean
Sexo		,063	,045		,037	,160	1,018	
Nível de instrução		,001	,000		,170	,000	1,235	
Idade		-,003	,001		-,061	,036	1,281	
Esquerda vs direita		-,014	,011		-,034	,197	1,031	
Identificação partidária		,045	,045		,027	,310	1,026	
Conservadorismo vs progressismo		-,040	,021		,051	,055	1,071	
Centro vs Extremos		-,014	,011		,033	,197	1,031	
Tolerância social								2,886
Total (válidos)	1425 (1419)			0.053				

Falta então agora analisar H5 (com contextos de crise, as ideologias tornam-se menos predictoras de tolerância devido ao aumento do sentimento de ameaça face a imigrantes) e H6 (em contextos de crise, as pessoas ficam menos tolerantes face a imigrantes). O que se pode dizer em relação à primeira é que esta hipótese é confirmada, visto que, com base na análise feita, vemos um menor poder explicativo do modelo ideológico em geral (R² mais baixo em 2012 que em 2008) e um resultado que ultrapassa ligeiramente o limite de admissibilidade mínimo de uma das variáveis explicativas. Em relação a H6, no ano de 2012, o valor médio do índice de tolerância foi de 2,886, portanto não se confirma, pois, o valor médio da tolerância subiu de face ao valor de 2,205 em 2008.

A título de se complementar esta hipótese expõem-se no quadro 3.1.3 a média de cada um dos três indicadores que compuseram o índice de tolerância escolhido. Através do quadro consegue-se ver que em todos os casos o nível de aceitação de imigrantes virem viver para Portugal aumentou de 2008 para 2012. O caso que se destacou de forma mais acentuada foi a nível de aceitação de imigrantes dos países mais pobres da Europa 2,83 em 2008 e 2,93 em 2012. Em contrapartida, o indicador que se manteve mais estável foi a aceitação de pessoas de uma raça ou grupo étnico igual à maioria portuguesa, de 2,75 em 2008, evoluiu para 2,77 em 2012. Quanto ao outro indicador (em que medida acha que Portugal deve deixar que pessoas de raça ou grupo étnico diferente da maioria portuguesa venham e fiquem a viver cá?) este subiu de 2,80 para 2,89 neste período temporal.

Quadro 3.1.3 – Médias dos indicadores que compõem índice de tolerância

Indicador	2008	2012
Em que medida acha que Portugal deve deixar que pessoas de uma raça ou grupo étnico igual à maioria portuguesa venham e fiquem a viver cá?	2,75	2,77
Em que medida acha que Portugal deve deixar que pessoas de raça ou grupo étnico diferente da maioria portuguesa venham e fiquem a viver cá?	2,80	2,89
E em que medida acha que Portugal deve deixar que pessoas dos países mais pobres fora da Europa venham e fiquem a viver cá?	2,83	2,99

Para terminar esta análise mostra-se um quadro com as diversas hipóteses de modo a perceber de quais as hipóteses que foram confirmadas e rejeitadas em ambos os momentos. Em relação à análise das hipóteses, H1, H2 e H4 rejeitam-se em ambos os períodos, e H3 confirma-se no primeiro em 2008 e em 2012 há uma tendência que a confirma. A H5 confirma-se e, por fim, H6 também se rejeita.

Quadro 3.1.4 - Resultado do teste à tolerância social face aos imigrantes

Nº	Hipótese	2008	2012
H1	As pessoas que se enquadram no lado esquerdo espectro ideológico são mais tolerantes que as que se situam no lado direito;	Não Confirmada	Não confirmada
H2	As pessoas afetas a ideologias mais próximas do centro são mais tolerantes que as pessoas afetas às ideologias dos extremos;	Não Confirmada	Não confirmada
H3	As pessoas mais conservadoras são menos tolerantes que as liberais;	Confirmada	Não confirmada
H4	As pessoas que se identificam com partidos políticos são mais tolerantes que as que não pertencem;	Não confirmada	Não confirmada
H5	Com contextos de crise, as ideologias tornam-se menos preditoras de tolerância devido ao aumento do sentimento de ameaça face a imigrantes.	Não testada	Confirmada
H6	Em contextos de crise, as pessoas ficam menos tolerantes face a imigrantes	Não testada	Não Confirmada

3.2. Discussão

Centrando agora nos resultados referentes ao ano de 2008 as variáveis de controlo mostraram-se significativas. Em relação à identificação partidária a história é outra, e não se confirmou. O que pode ser uma justificação teórica para tal, é que a identificação partidária poderá estar relacionada diretamente com o partido com que se identifica. Ou seja, no caso português se alguém se identificar com um partido conservador como o CDS-PP, ou o PCP, ou um partido extremista, poderá não se identificar como alguém tolerante face a imigrantes. Em contrapartida se se identifica com um partido mais progressista como o BE, poderá e em teoria deverá ser tolerante. Contudo neste trabalho não se realizou essa filtragem nessa hipótese uma vez que, levando a concluir que a hipótese não se verificou. Nesta perspetiva será pertinente que estudos futuros devam contemplar esta hipótese.

Em relação às H1 e H2, nenhuma destas se verificou, o que pode levar esta dissertação a concluir que, pelo menos, nos dias de hoje o espectro político esquerda-direita por si só não é suficiente para levar a uma definição de um indivíduo como

tolerante ou intolerante, na medida em que conforme existe esquerda tolerante e direita intolerante, também existe o seu contrário. Contudo não se pode deixar de mostrar a surpresa que foi verificar os resultados perante as pessoas que estão ao centro com as que estão nos extremos não se confirmaram. Não deixa de ser surpreendente, pois a expectativa inicial ia de acordo com a teoria no sentido em que extremistas são mais intolerantes que pessoas de centro. O que pode ter estado na génese deste resultado é o facto de se estar a analisar a tolerância social e não a tolerância política. Isto tem implicância pois muitas vezes o facto de alguém reconhecer direitos políticos não significa que se sinta à vontade em conviver com os outros. E também pode estar na génese o facto de a análise da tolerância ser apenas focada nos imigrantes.

Nesse sentido, e fazendo já a ponte para a ideia seguinte, o espectro político mostrou-se mais eficiente. Pois apenas H3 e H5 se verificaram. E se verificar que no ponto conservadorismo vs. progressismo se enquadra no eixo autoritário vs. libertário esta lógica enquadra-se ainda melhor se recuperarmos autores como Gibson (1992 e 1998), os autoritarismos são por natureza muito mais intolerantes. Como tal pode-se aqui observar uma relação e uma incidência entre esta distinção ideológica e a tolerância. De salientar ainda que esta tese vai também de encontro ao que foi dito anteriormente em relação às ideologias de esquerda e de direita. Pois existe esquerda autoritária e liberal, conservadora e progressista; mas também existe direita autoritária e liberal e conservadora e progressista.

Em 2012, a situação foi ligeiramente diferente. Neste caso ainda menos hipóteses se comprovaram significativas comparativamente com o mesmo estudo em 2008. Relembrando de forma sucinta os resultados apenas as variáveis de controlo idade e instrução se verificaram significativas. De resto rejeitou-se todas as hipóteses. A grande justificação que se deixa aqui para tal facto foi o efeito facto conjuntural criado pela crise de 2008, o que serve para corroborar as H5. Contudo H6 também não se confirmou, ou que dá margem para acreditar que a crise neste período não foi suficientemente forte ao ponto de alterar a tolerância tendo esta, inclusive, aumentado ligeiramente. Assim, seguindo aquilo que tem sido defendido não se pode deixar de referir que a H3 quase que se revelou significativa, o que tem que inevitavelmente reforçar tudo o que foi dito anteriormente na análise do ano de 2008 onde a tolerância se mede de forma mais eficaz quando analisada numa lógica de conservadorismo vs. progressismo.

Conclusão

O objetivo desta dissertação foi perceber a tolerância social em Portugal face aos imigrantes. A tolerância é (entre muitas outras definições) a vontade de aceitar pessoas a que nos opomos (Gibson, 1998), ou numa outra visão, é em primeiro lugar rejeitarmos um grupo e depois conceder-lhes direitos mesmo que se o considere censurável (Rapp, 2017).

Perante os resultados mostrados na regressão feita nos anos de 2008 e 2012 a conclusão a que se chega é que a ideologia não se demonstrou a melhor forma de distinguir uma pessoa tolerante de uma pessoa intolerante numa lógica social face a imigrantes. Das cinco hipóteses inicialmente levantadas as únicas que se verificaram foram H3 (pessoas progressistas são mais tolerantes que pessoas conservadoras) no ano de 2008 e mostrou uma tendência para se verificar em 2012 e H5 (com contextos de crise, as ideologias tornam-se menos predictoras de tolerância devido ao aumento do sentimento de ameaça face a imigrantes). Por fim, H6 também não se verificou, pois na passagem de 2008 para 2012 a tolerância não só não diminuiu com amentou ligeiramente.

Os resultados em questão levam a uma análise bastante cuidada na medida em que, em parte, estão em desacordo com a teoria levantada no capítulo I. Tal pode acontecer uma vez que este foi um trabalho com poucos projetos semelhantes antecedentes, como tal não há até a data estudos para se fazer uma comparação direta com o que aqui se revelou dando margem para a aceitação dos resultados. Essa será a maior importância desta dissertação. Primeiro porque foi das primeiras a analisar a influência da crise de 2008 na tolerância social num grupo estigmatizado. Realizou-se a pesquisa nestes moldes para se perceber a tolerância tentando perceber se esta iria mudar no pós-crise, o que não se verificou pois mudou pouco no sentido esperado. A segunda prende-se com as hipóteses do estudo, na medida em que em Portugal ainda não se tinham usado como variáveis medidores ideológicos como o posicionamento ideológico no espectro esquerda-direita e no quadrante político, ou a identificação com algum partido. Também é importante salientar o facto de se ter usado estes medidores em tolerância social, na medida em que é igualmente inédito.

Contudo foi levantada uma base teórica que pode sustentar o porquê destes resultados e de não terem ido ao encontro das expectativas iniciais. Essa base teórica correspondeu em primeiro lugar, perante H1 e H2 devido ao facto de a situação circunstancial que se verificou, poder ter influência na ideologia face aos imigrantes. Mas

tendo em conta que esse ponto só é aceitável em 2012. Em relação à H4, o motivo pelo qual se acredita não ter resultado foi o facto de não se ter distinguido pessoas que se identificam com partidos tolerantes de pessoas que se identificam com partidos intolerantes. No caso de H6 a possibilidade está relacionada pelo facto de neste período a crise ainda não ter causado efeito na sociedade.

Termina-se a conclusão referindo as limitações da dissertação, uma vez que não está isenta delas. A primeira limitação está relacionada com o espaço temporal entre os momentos de análise. Se o período fosse mais alargado talvez os valores da tolerância tivessem sido outros, o que levaria a uma outra análise sobre a evolução da tolerância social. Uma Segunda limitação, já referida noutra perspetiva, prende-se com o facto de não se ter conseguido filtrar os eleitorados de forma a perceber quais eram os que se identificavam com partidos tolerantes e intolerantes. Embora seja uma limitação mais específica está diretamente relacionada com uma variável e pode ter influenciado os seus resultados. Por último aponta-se a limitação referente aos R^2 , pois o facto de ambos apresentarem valores baixos não abona a favor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ajanovic, Edma, Stefanie Mayer e Birgit Sauer (2015), “Natural Enemies: Articulations of Racism in Right-Wing Populism in Austria” *Časopis za kritiko znanosti, domišljijo in novo antropologijo*, Vol. 43, pp. 213-214.

Arat, Zehra K. e Caryl Nuñez (2016), “Advancing LGBT Rights in Turkey: Tolerance or Protection?”, *Humans Rights Review* Vol. 18 (1), pp. 1-19.

Arsénio, Cláudia (2015), “Reposição do controlo de fronteiras em vários países europeus”, (online), consultado em 19 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.tsf.pt/internacional/interior/reposicao-do-controlo-de-fronteiras-em-varios-paises-europeus-4777305.html>

Beauty, Kathleen M. e Oliver Walter (1984), “Religious Preference and Practice: Reevaluating Their Impact on Political Tolerance”, *Public Opinion Quarterly* Vol. 48 (1), pp. 318-329.

Bobo, Lawrence e Frederick Licari (1989), “Education and political tolerance: testing the effects of cognitive sophistication and target group affect”, *Public Opinion Quarterly*, Vol. 53 (3), pp. 285-308.

Boswell, John (1980), *Christianity, social tolerance, and homosexuality. Gay people in western Europe from the beginning of the Christian era to the fourteenth century*, University of Chicago Press.

Burke, Meghan (2017), “Racing Left and Right: Color-Blind Racism’s Dominance across the U.S. Political Spectrum”, *The Sociological Quarterly*, Vol. 58 (2), pp. 277-294.

Candeias, Pedro Miguel (2012a), *(In) Tolerância Social na Europa: Minorias Étnicas, Grupos Estigmatizados e Toxicodependentes*, dissertação de mestrado em Sociologia, ISCTE.

Candeias, Pedro Miguel (2012b), “Tolerância Social e Valores: Uma Exploração de Modelos Explicativos”, comunicação apresentada no VII congresso português de sociologia, Universidade do Porto, 19 a 22 de junho de 2012, Porto.

Chambers, Simone (2003), “Deliberative democratic theory”. *Annual Review of Political Science*, Vol. 6 (1), pp. 307-326.

Cieri, Robert, *et al.* (2014) “Craniofacial Feminization, Social Tolerance, and the Origins of Behavioral Modernity”. *Current Anthropology*, Vol. 55 (4), pp. 419-443.

Crawford, Jarret, Stephanie Mallinas e Bryan Furman (2014), “The Balanced Ideological Antipathy Model: Explaining the Effects of Ideological Attitudes on Inter-Group Antipathy Across the Political Spectrum”, *Personality and Social Psychology Bulletin*, Vol. 41 (12), pp. 1607-1622.

Cutler, Stephen e Robert Kaufman (1975), “Cohort changes in political attitudes: tolerance of ideological nonconformity”, *The Public Opinion Quarterly* Vol. 39 (1), pp. 69-81.

Dinesen, Peter Thisted, Robert Klemmensen e Asbjørn Sonne Nørgaard (2016), “Attitudes Toward Immigration: The Role of Personal Predispositions”, *Political Psychology*, Vol. 37 (1), pp. 55-72.

Dommett, Katharine (2014), “Ideological quietism? Ideology and party politics in Britain”, *Political Studies*, vol. 64 (1), pp. 106-122.

Duch, Raymond e James Gibson (1992), ““Putting Up With” Fascists in Western Europe: A Comparative, Cross-Level Analysis of Political Tolerance”. *The Western Political Quarterly*, Vol. 45 (1), pp. 237-273.

Dunbar, Edward e Lucie Simonova (2003), “Individual difference and social status predictors of anti-Semitism and racism US and Czech findings with the prejudice/tolerance and right wing authoritarianism scales”, *International Journal of Intercultural Relations*, Vol. 27 (5), pp. 507-523.

Ernst, Nicole, *et al.* (2017), “Extreme parties and populism: an analysis of Facebook and Twitter across six countries”, *Information, Communication & Society*, Vol. 20 (9), pp. 1347-1364.

Gibson, James (1992), “Alternative measures of political tolerance: must tolerance be “least.liked”?”, *American Journal of Political Science*, Vol. 36 (2), pp. 560-577.

Gibson, James (1998), “Putting Up With Fellow Russians: An Analysis of Political Tolerance in the Fledgling Russian Democracy”, *Political Research Quarterly*, Vol. 51 (1), pp. 37-68.

Gimenez, Maria C. *et al.* (2015), “Range of interaction in an opinion evolution model of ideological self-positioning: Contagion, hesitance and polarization”, *Physica A* Vol. 447, pp. 320–330.

Golebiowska, Ewa (1999), “Gender gap in political tolerance”, *Political Behavior*, Vol 21 (1), pp. 43-66.

Halperin, Eran, *et al.* (2013), “Emotion Regulation and the Cultivation of Political Tolerance: Searching for a New Track for Intervention”, *Journal of Conflict Resolution*, Vol. 58 (6) pp. 1110-1138.

Hatibovic, Fuad, *et al.* (2017), “Xenofobia y Homofobia como efectos de la orientación política, religión y sexo mediados por clasismo y patriocentrismo en jóvenes universitarios chilenos”, *Revista Colombiana de Psicología* Vol. 26 (1), pp. 131-148.

Hiel, Alain Van (2012), “A psycho-political profile of party activists and left-wing and right-wing extremists”, *European Journal of Political Research* Vol. 51 (2), pp. 166-203.

Hudson, James (2017), “The extreme right and the limits of liberal tolerance in David Greig’s the events and Chris Thorpe’s confirmation”. *Comparative Drama* Vol. 51 (3), pp. 306-337.

Hunter, Floyd, (1957), “Communism, Conformity, and Civil Liberties. by Samuel A. Stouffer”, *Social Forces* Vol. 35 (3), pp.287.

Inglehart, Ronald (1977), *The Silent Revolution - Changing Values and Political Styles Among Western Publics*, New Jersey: Princeton University Press.

Karpov, Alexander (2016), “Dissonance tolerance as a new principle of the cross-cultural sustainability”. VII International Conference on Intercultural Education “Education, Health and ICT for a Transcultural World”, Eduhem, 15 a 17 de Junho de 2016, Almeria.

Kouki, Hara e Zsuzsanna Vidra (2014), “Introduction to the Special Issue: New Forms of Intolerance in European Political Life”, *Journal of Immigrant & Refugee Studies*, Vol. 12 (4), pp. 353-362.

Kuklinski, James, *et al.* (1991), “The cognitive and affective bases of political tolerance judgments”, *American Journal of Political Science*, Vol. 35 (1), pp. 1-27.

Laborie, Lionel (2017), “Radical tolerance in early enlightenment Europe”, *History of European Ideas*, Vol. 43, pp. 359-375.

Lima, Marcus E., *et al.* (2006), “Normas Sociais e Preconceito: O Impacto da Igualdade e da Competição no Preconceito Automático Contra os Negros”, *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Vol. 19, pp. 309-319.

Lipset, Seymour Martin (1959), “Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy”, *The American Political Science Review*, Vol. 53 (1), pp. 69-105.

Mueller, John (1988), “Trends in Political Tolerance”, *The Public Opinion Quarterly*, Vol. 52 (1), pp. 1-25.

Nay, Oliver (2007), *História das Ideias Políticas*. Editora Vozes.

Obeid, Nadine, Nichole Argo e Jeremy Ginges (2016), “How moral perceptions influence intergroup tolerance: evidence from Lebanon, Marocco, and the United States”, *Personality and Social Psychology Bulletin*, Vol. 43 (3), pp. 381-391.

Otjes, Simon e Louwse, Tom (2015), “Populists in Parliament: Comparing Left-Wing and Right-Wing Populism in the Netherlands”, *Political Studies*, Vol. 63, pp. 60-79.

Peffley, Mark e Robert Rohrschneider (2003), “Democratization and Political Tolerance in Seventeen Countries: A Multi-level Model of Democratic Learning”, *Political Research Quarterly*, Vol. 56 (3), pp. 243-257.

Peres, Paulo Sergio (2004), “Modernização e desenvolvimento político: duas visões sobre o pacote democracia-capitalismo”, *Leviathan*, Vol. 1 (1), pp. 263-286.

Popper, Karl (1962), *The open society and its enemies Vol. 1 e 2*, Routledge.

Pyatt, Sandra e Pamela Paxton (2007), “In Principle and in Practice: Learning Political Tolerance in Eastern and Western Europe”, *Political behavior*, Vol. 29 (1), pp. 89-113.

Queiroga, Viriato (2015) *Uma Esquerda Polarizada: As Esquerdas Parlamentares em Portugal, Espanha e Itália, em Perspetiva Comparada*, dissertação de mestrado em Ciência Política, ISCTE.

Queiroga, Viriato (2017), “A tolerância europeia”, comunicação apresentada no IV colóquio doutoral da ESPP, ISCTE, 21 de abril de 2017, Lisboa.

Rawls, John (1971), *Theory of justice*, Harvard University Press.

Rapp, Carolin (2016), “Shaping tolerant attitudes towards immigrants: The role of welfare state expenditures”, *Journal of European Social Policy*, Vol. 27 (1), pp. 40-56.

Rocha, Roberto Oliveira, Gabriela Bernardes Siqueira, e Bruna Chaves Aarão, (2014), “Mudança de valores, Materialismo e Pós-Materialismo: algumas ponderações sobre o Cone Sul” (online) consultado em 20.01.2018. Disponível em: http://aucip.org.uy/docs/v_congreso/ArticulospresentadosenVcongresoAucip/MESASESPECIALES/Oliveira-Camara-Aarao_Mudancadevalores.pdf

Rodrigues, Maria (2009), *Movimentos sociais e políticas sociais: perspectivas dos actores do movimento de moradores no porto (1974 – 76)*, dissertação de mestrado em Ciências sociais e educacionais, Universidade do Porto.

Rosas, João Cardoso e Ana Rita Ferreira (2014), *Ideologias Políticas Contemporâneas*, Edições Almedina.

Schafer, Chelsea E. e Greg M. Shaw (2009), “The polis-trends tolerance in the United States”, *Public Opinion Quarterly*, Vol. 73 (2), pp. 404–431.

Scrivens, Ryan e Barbara Perry (2017) “Resisting the Right: Countering Right-Wing Extremism in Canada”, *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice*, Vol 49 (4), pp. 524-548.

Skitka, Linda, Christopher Bauman e Elizabeth Mullen (2004), “Political Tolerance and Coming to Psychological Closure Following the September 11, 2001, Terrorist Attacks: An Integrative Approach”, *Personality and Social Psychology Bulletin*, Vol. 30 (6), pp. 743-756.

Skitka, Linda, James Liu e li Liu (2013), “Exploring the Cross-Cultural Generalizability and Scope of Morally Motivated Intolerance”, *Social Psychological and Personality Science*, Vol. 4 (3), pp. 324-331.

Smidt, Corwin e Penning, James (1982), “Religious commitment, political conservatism, and political and social tolerance in the United States: a longitudinal analysis”, *Sociological Analysis*, Vol. 43 (3), pp. 231-246.

Sniderman, Paul, et al. (1989), "Principled Tolerance and the American Mass Public", *British Journal of Political Science*, Vol. 19 (1), pp. 25-45.

Stouffer, Samuel (2009), *Communism, conformity and civil liberties: a cross-section of the nation speaks its mind*, Transaction Publishers, New Jersey.

Sullivan John, James Pierson e George Marcus (1979), “An alternative conceptualization of political tolerance: illusory increases 1950s-1970s”. *The American Political Science review*, Vol. 73 (3), pp. 781-794.

Sullivan John, et al. (1981), “The sources of political tolerance: a multivariate analysis”. *The American Political Science Review*, Vol. 75 (1), pp. 92-106.

Sullivan John e John Transue (1999), “The psychological underpinnings of Democracy: a selective review of research on political tolerance, interpersonal trust, and social capital”, *Annual Review of Psychology*, Vol. 50 (1), pp. 625-650.

Thériault, Joseph Yvon (2008), “O limite político da tolerância”, *Estudos de Sociologia*, Vol. 13 (24), pp. 159-168.

Trüdinger, Eva-Maria (2006), “Sobre o verdadeiro valor dos valores: fatores de impacto sobre as atitudes de tolerância política”, *Opinião pública*, Vol. 12 (1), pp. 57-87.

Vala, Jorge (2003), “Percepções sobre a imigração e transformações nas representações sociais sobre as diferenças entre grupos humanos”, In *Publicações do Gabinete do Parlamento Europeu A Europa, o desafio demográfico e o espaço de liberdade, segurança e justiça Publicações do Gabinete do Parlamento Europeu*.

Vallas, Steven Peter, Emely Zimmerman e Shannon Davies (2009) “Enemies of the state? Testing three models of anti-immigrant sentiment”, *Social Stratification and Mobility* Vol. 27 (4), pp. 201-217.

Viegas, José Manuel Leite (2004), "Tolerância e democracia: o caso português numa perspectiva comparativa europeia", in José Manuel Leite Viegas, António Costa Pinto e Sérgio Faria (orgs.), *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*, Oeiras, Celta Editora.

Viegas, José Manuel Leite (2007), “Political and social tolerance”, in Jan Van Deth, José Ramón Montero e Anders Westholm, *Citizenship and Involvement in European Democracies A comparative analysis*, New York, Routledge, pp. 109-132.

Viegas, José Manuel Leite (2010), "Tolerância política em Portugal e Espanha", in Viegas, José Manuel Leite, Susana Santos e Sérgio Faria (orgs.), *A Qualidade da Democracia em Debate: Deliberação, Representação e Participação Políticas em Portugal e Espanha*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 89-105.

Viegas, José Manuel Leite (2010), "Tolerância política em Portugal e Espanha", in Viegas, José Manuel Leite, Susana Santos e Sérgio Faria (orgs.), *A Qualidade da Democracia em Debate: Deliberação, Representação e Participação Políticas em Portugal e Espanha*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 89-105.

Weldon, Steven (2006), “The Institutional Context of Tolerance for Ethnic Minorities: A Comparative, Multilevel Analysis of Western Europe”, *American Journal of Political Science*, Vol. 50 (2) pp. 331-349.

Williams Jr. J. Allen, Clyde Nunn e Louis St. Peter (1976), “Origins of Tolerance: Finding a replication of Stouffer’s Communism Conformity, and Civil Liberties” *University of Nebraska – Lincoln*, Vol. 55 (2) pp.394-408.

Zizek, Slavoj (2008), “Tolerance as an Ideological Category”, *University of Chicago Press Journals*, Vol. 34 (4), pp. 660-682.